

Artigo

Políticas públicas rurais e agricultura familiar: impactos socioambientais nos assentamentos rurais de Jericó, Estado da Paraíba

Rural public policies and family farming: socio-environmental impacts in rural settlements in Jericó, State of Paraíba

Ana Raabe Pinheiro de Oliveira¹, José Cleidimário Araújo Leite², Antonio Gustavo dos Santos Neto³, Luiz Gualberto de Andrade Sobrinho⁴, Gutemberg de Oliveira Bandeira⁵, Iônia Márcia Figueiredo Lopes de Andrade⁶ e Salvino Henrique da Silva⁷

¹Mestrado Profissional em Gestão e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba. ORCID: 0009-0005-4607-3728. E-mail: anaraabepinheiro@gmail.com;

²Doutor em Engenharia de Processos e Pós-Doutorado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba. ORCID: 0000-0001-6750-3495. E-mail: jose.cleidimario@professor.ufcg.edu.br;

³Doutor em Engenharia Civil com ênfase em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba. ORCID: 0000-0002-4627-4125. E-mail: antoniogustavo.santos@gmail.com;

⁴Doutor em Química Analítica e Pós-Doutorado pela Royal Veterinary and Agricultural University, Frederiksberg, Dinamarca. Docente na Universidade Federal de Campina Grande. ORCID: 0009-0000-8004-4705. E-mail: luiz.gualberto@professor.ufcg.edu.br;

⁵Mestre em Gestão e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba. ORCID: 0009-0007-8410-0234. E-mail: gutembergbandeira2@gmail.com;

⁶Mestra em Gestão e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba. ORCID: 0009-0002-1906-631X. E-mail: lopesionia@gmail.com;

⁷Pós-Graduando do Mestrado Profissional em Gestão e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba. ORCID: 0009-0005-5084-5751. E-mail: salvino_silva089@escola.pb.gov.br.

Submetido em: 23/04/2025, revisado em: 29/04/2025 e aceito para publicação em: 07/05/2025.

Resumo: o reconhecimento da importância da concessão de políticas públicas para a agricultura familiar, em diferentes contextos socioeconômicos, revela resultados importantes para a compreensão do desenvolvimento rural. Nesta Pesquisa objetivou-se, avaliar os impactos socioambientais associados às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar nos assentamentos rurais, localizados nos Sítios Alto Alegre, Fortuna e Saquinho no município de Jericó-PB, o procedimento metodológico teve por base um diagnóstico situacional dos assentamentos do município, e buscou-se conhecer as políticas públicas rurais voltadas para a agricultura familiar e seus principais critérios de concessão, analisando-se, ainda, as dificuldades existentes nestes assentamentos, decorrentes da ausência ou ineficiência dessas políticas, a sua relação com o meio ambiente e a qualidade da subsistência dos assentados agricultores familiares para propor medidas de prevenção, mitigação e compensação dos impactos negativos gerados e indicar medidas de maximização para os impactos positivos resultantes das políticas públicas concedidas.

Palavras chaves: Zona Rural; Meio Ambiente; Programas; Concessão; Impactos.

Abstract: the recognition of the importance of granting public policies for family farming, in different socioeconomic contexts, reveals important results for the understanding of rural development. This research aimed to evaluate the socio-environmental impacts associated with public policies aimed at family farming in rural settlements, located in Sítios Alto Alegre, Fortuna and Saquinho in the municipality of Jericó-PB. The methodological procedure was based on a situational diagnosis of the settlements in the municipality, and sought to understand the rural public policies aimed at family farming and their main criteria for granting them, also analyzing the difficulties existing in these settlements, resulting from the absence or inefficiency of these policies, their relationship with the environment and the quality of subsistence of the settled family farmers to propose measures for prevention, mitigation and compensation of the negative impacts generated and indicate measures for maximizing the positive impacts resulting from the public policies granted.

Keywords: Rural Area; Environment; Programs; Grant; Impacts.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A agricultura familiar no Brasil abrange uma ampla diversidade cultural, social e econômica, perpassando desde o campesinato tradicional até a pequena produção modernizada. Contudo, este segmento produtivo da agricultura foi negligenciado na formulação de políticas públicas até o final do Século XX. A política agrícola brasileira, principalmente no período pós-guerra, buscava a modernização de sua estrutura de produção agropecuária, focalizando no aumento da produtividade a partir da inclusão de avanços tecnológicos, tendo como público-alvo

a empresa rural capitalizável, marcada por grandes extensões de terra, com acesso afixado a abundantes subsídios fiscais e creditícios (Ferreira; Silveira; Garcia, 2001).

Neste sentido, as modificações trazidas à agricultura foram responsáveis por grandes impactos sociais e ambientais no meio rural, interferindo no processo populacional brasileiro, mas, com os aportes conservadores na estrutura fundiária, acabou promovendo uma crescente marginalização dos pequenos agricultores familiares, repetindo um padrão de desenvolvimento rural de cunho excludente e desigual, a qual ficou versada na literatura

como modernização conservadora ou “modernização dolorosa” na agricultura (Silva *apud* Ramalho, 2012),

Somente em 1996, com o nascimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, os produtores familiares rurais tiveram a oportunidade de dispor de um programa que lhes beneficiasse de fato. O PRONAF surgiu como resultado das várias reivindicações dos trabalhadores rurais organizados e de outros grupos sociais que assinalavam a importância de organizar políticas que propiciassem meios necessários para o fortalecimento e desenvolvimento da produção agrícola familiar no Brasil.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (*Food and Agriculture Organization-FAO*) (2018) *apud* Marcos, *et al.* (2022), cita que a agricultura familiar pode ser compreendida como: um meio de produção agrícola, silvicultura, pesca, pecuária e aquicultura que administra e opera para a família, e que depende predominantemente de trabalho familiar, abarcando homens e mulheres. Nesse contexto, os termos família e exploração estariam ligados, evoluindo juntos e combinando funções econômicas, ambientais, sociais e culturais.

Desta forma, a agricultura familiar é um meio de produção que abrange o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, com sua mão de obra concebida principalmente por membros do núcleo familiar, em que a administração das atividades laborais é exercida pelo próprio produtor rural.

Foi baseado nesta conjuntura, que o PRONAF alcançou uma considerável dimensão com operações em todo o território nacional, buscando um maior aproveitamento das terras disponíveis e à geração de renda no campo, dando oportunidades ao pequeno produtor e oferecendo créditos rurais para a melhoria das formas de produção e escoamento da produção, com isso, melhorando a oferta de alimentos em uma determinada região e contribuindo na melhoria da alimentação e também na economia local. Atualmente, o programa é considerado a principal ação concreta de política de apoio à agricultura familiar no Brasil e representa uma injeção considerável de recursos monetários na economia de muitos municípios, com destaque para os assentamentos rurais.

Os assentamentos rurais são frutos da ação do governo federal, em virtude da desapropriação do imóvel rural para fins de reforma agrária. Tanto o assentamento como a reforma agrária são estruturas de direito agrário por serem mecanismos de acesso à terra e à política agrária, instrumentos que poderão afiançar ao agricultor familiar o manejo e o uso do solo de forma sustentável, aumentando a qualidade de vida do agricultor familiar e a sua produtividade (Rakte, 2016).

Neste sentido, para que a reforma agrária seja capaz de reorganizar o espaço no ambiente rural, por meio da desapropriação do imóvel rural e constituição de projetos de assentamentos rurais, faz-se necessária a criação de políticas agrárias voltadas a um modelo de desenvolvimento sustentável, que seja capaz de gerar renda e alimentos suficientes, garantir a qualidade dos alimentos e a preservação do ambiente, relacionados com a consolidação da agricultura familiar.

As políticas agrária e fundiária são modalidades de política pública com assento constitucional (Arts. 184 a 191 da Constituição Federal - CF). neste sentido, incumbe ao estado criar estratégias e ações nas atividades agrárias mediante políticas públicas, concretizando direitos específicos, de modo a garantir recursos e condições e sobrevivência no âmbito rural, emancipando categorias sociais esquecidas no processo de desenvolvimento do País.

Portanto, as políticas públicas são primordiais para a efetivação da agricultura familiar, desde o seu acesso à terra (políticas fundiárias), quanto aos meios para efetivar os desafios impostos pelo Estado (políticas agrárias): melhorar as condições de vida da população, fornecer alimentos tanto em quantidade e qualidade, gerar trabalho no campo, melhorar as condições de vida no âmbito rural, reduzir os índices de fome e desigualdade social, tanto em nível nacional quanto local, especificamente nos assentamentos rurais, produto de reforma agrária e reduto de agricultura familiar.

Em meio às políticas públicas que atuam em outras áreas de apoio à agricultura familiar, cita-se a criação de diversos programas que têm como objetivo promover ações preconizadas pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, como o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos-PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária-PROAGRO, Seguro da Agricultura Familiar-SEAF, o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar-PGPAF ou Bônus de Garantia de Preços, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural- PRONATER, Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - PNPB, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, o Programa Garantia Safra-SG, o Programa Fomento Mulher, o Benefício do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal-SDPA, e outros programas de crédito, assistência técnica e extensão rural, seguro agrícola e de renda e apoio à comercialização.

É nesse cenário que é possível destacar a importância das políticas públicas para o desenvolvimento rural em áreas de assentamentos rurais de reforma agrária, na medida em que, a partir da análise de Navarro (2001), algumas regiões rurais no País tiveram impactos econômicos e tecnológicos significativos, enquanto outras “*parecem ainda presos em contextos do passado*”. Entre as razões dessa diferenciação, é possível citar a questão da posse e uso da terra que, conforme análise de Martins (2000), remete ao debate da reforma agrária. Segundo o autor, a questão agrária tem a sua própria temporalidade e é essencialmente uma questão histórica.

A ausência ou insuficiência de políticas públicas efetivas gera impactos socioambientais significativos, especialmente em comunidades rurais e populações vulneráveis. Quando não há planejamento, fiscalização e suporte governamental adequado, problemas como desmatamento, degradação de solos, poluição hídrica e desestruturação de territórios rurais se tornam recorrentes. Além disso, a precariedade de serviços básicos como saneamento, saúde e educação reforça a exclusão social e agrava os desequilíbrios entre desenvolvimento econômico

e preservação ambiental. A falta de políticas articuladas também dificulta a implementação de práticas sustentáveis, comprometendo a qualidade de vida das populações afetadas e os ecossistemas onde vivem.

Nesse contexto, a avaliação dos impactos socioambientais assume um papel central. Avaliar esses impactos permite não apenas dimensionar os danos causados pela ausência de políticas públicas, mas também identificar caminhos para mitigá-los e preveni-los. A análise criteriosa dos efeitos sociais e ambientais das intervenções (ou da falta delas) subsidia a formulação de políticas mais justas, integradas e eficazes. Além disso, contribui para a promoção da justiça socioambiental, garantindo que as decisões públicas levem em consideração tanto o bem-estar das populações quanto a conservação dos recursos naturais.

Neste sentido, a hipótese trabalhada nesta pesquisa consistiu no fato da reforma agrária ser uma forma de ascensão social dos assentados nos assentamentos, sendo necessárias políticas que os integre às demandas nos novos meios de produção rural. Para o desenvolvimento da temática, buscou-se compreender as políticas públicas, a reforma agrária e os assentados nos 03 assentamentos rurais do Município de Jericó-PB, tendo em vista a necessidade de mapear a cobertura das políticas públicas rurais existentes nestes assentamentos frente ao imperativo de melhorar as condições de vida da sua população rural, principalmente daqueles que dependem da agricultura familiar. O foco da pesquisa utilizada compreende a análise das repercussões socioambientais e econômicas provenientes da cobertura e concessão dessas políticas nos assentamentos do município.

2 METODOLOGIA

2.1 Avaliação de Impacto Ambiental

A Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) surgiu nos Estados Unidos, como um instrumento para a efetivação da "National Environmental Policy Act", que passou a vigorar na forma de lei em 01 de janeiro de 1970.. Essa prática teve início com a aprovação da "National Environmental Policy Act" (NEPA) em 1969, que corresponde, no Brasil, à "Política Nacional do Meio Ambiente" (PNMA) (FOGLIATTI; FILIPPO; GOUDARD, 2004; DIAS, 2010;). Posteriormente, a AIA foi adotada por outros países desenvolvidos e, mais tarde, também por algumas nações em desenvolvimento (VERDUM; MEDEIROS, 2016). No Brasil, a "Política Nacional do Meio Ambiente" (PNMA) teve início com a Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981 (FOGLIATTI; FILIPPO; GOUDARD, 2004; SÁNCHEZ, 2006).

No Brasil, a implantação da AIA foi inicialmente impulsionada pela exigência de órgãos financiadores internacionais, passando a integrar os sistemas de licenciamento ambiental (VERDUM; MEDEIROS, 2016). A AIA é um dos principais instrumentos da PNMA e consiste em um conjunto de procedimentos destinados a garantir um exame sistemático dos impactos ambientais decorrentes de uma ação proposta, assim como de suas alternativas (CUNHA; GUERRA, 2010).

A obrigatoriedade da realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) foi estabelecida pela Resolução N 001, de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que define as diretrizes gerais para a aplicação da AIA no País (DIAS, 2010).

Para garantir a relevância e a credibilidade das informações apresentadas aos tomadores de decisão, a AIA deve ser conduzida com alto rigor científico e metodológico (CALIJURI; CUNHA, 2013). Diversos métodos podem ser aplicados na AIA, cada um com vantagens e desvantagens. Ao longo do tempo, esses métodos vêm sendo aprimorados para superar fragilidades comuns (FOGLIATTI; FILIPPO; GOUDARD, 2004).

Inicialmente, os métodos de AIA eram aproximações sistemáticas, cujo objetivo era identificar os impactos. Posteriormente, foram desenvolvidos métodos e modelos que permitiram comparar, quantificar, selecionar alternativas, além de monitorar e definir medidas mitigadoras para os impactos negativos (FOGLIATTI; FILIPPO; GOUDARD, 2004).

Esses métodos são essenciais para tornar transparentes as informações utilizadas, facilitar a compreensão dos procedimentos empregados e garantir a qualidade do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) (SILVA, 1999). A seguir, são apresentados alguns dos métodos de avaliação de impactos ambientais AIA mais encontrados na literatura.

2.1.1 Método Ad Hoc

Conhecido também como método espontâneo, o método Ad Hoc teve início na década de 1950 e ainda é bastante utilizado (FOGLIATTI; FILIPPO; GOUDARD, 2004). Segundo Braga et al. (2005), ele consiste em promover reuniões com técnicos e cientistas especializados em setores relacionados ao empreendimento em análise, permitindo identificar impactos prováveis e realizar a comparação entre alternativas.

Para garantir a eficiência do método, os profissionais envolvidos devem ser de diferentes áreas e possuir conhecimentos específicos e experiência prática (FOGLIATTI; FILIPPO; GOUDARD, 2004). A principal vantagem do método Ad Hoc é a rapidez na identificação dos impactos. Suas desvantagens incluem a vulnerabilidade a subjetividades e tendenciosidades (BRAGA et al., 2005), além da dificuldade em analisar o impacto global das variáveis ambientais, pois o método realiza avaliações individuais dos impactos (FOGLIATTI; FILIPPO; GOUDARD, 2004).

Silva (1999) observa que esse método é criticado por não haver uma compreensão clara sobre suas situações de aplicação, sendo recomendado para casos em que não se dispõe de tempo para estudos convencionais e quando há apoio de especialistas.

2.1.2 Método Check lists (Listas de Controle)

Esse método consiste na elaboração de listas durante as fases de diagnóstico ambiental e análise das alternativas de projeto, enumerando os fatores ambientais e

seus impactos. As listas direcionam a coleta de informações detalhadas para a caracterização dos indicadores ambientais, essenciais para hierarquização e avaliação da relevância dos impactos nos meios biótico, antrópico e físico, além de variáveis sociais e ambientais das áreas impactadas (FOGLIATTI; FILIPPO; GOUDARD, 2004).

O método Check lists é uma evolução do Ad Hoc, destacando-se pela simplicidade de aplicação e pela baixa exigência de dados. Entretanto, não identifica impactos de segunda ordem, nem permite projeções ou previsões. Suas variações incluem listagens descritivas, comparativas, em questionários e ponderais (BRAGA et al., 2005).

Apesar de rápidas, essas análises podem incorporar escalas de valoração e ponderação, ainda que limitadas. As listas, organizadas de forma clara e compreensível, são indicadas para análises preliminares, pois identificam os impactos de maior relevância (FOGLIATTI; FILIPPO; GOUDARD, 2004).

2.1.3 Método Matriz de Interação

Este método surgiu para superar limitações do método Check lists, sendo a “Matriz de Leopold” a mais conhecida. A matriz foi desenvolvida para avaliar impactos relacionados a quase todos os tipos de projetos (CUNHA; GUERRA, 2010).

Na aplicação, uma matriz relaciona ações do projeto com fatores ambientais, usando quadriculas definidas pelo cruzamento de colunas e linhas (SILVA, 1999). As colunas representam os fatores ambientais, enquanto as linhas indicam as ações impactantes.

As matrizes podem ser qualitativas ou quantitativas. As qualitativas utilizam critérios de classificação para preencher as interações, enquanto as quantitativas aplicam números ou cores para indicar a magnitude dos impactos (SILVA, 1999).

Entre suas vantagens estão a capacidade de acomodar dados qualitativos e quantitativos, fácil compreensão dos resultados e abordagem de fatores biofísicos e sociais (CUNHA; GUERRA, 2010). Como desvantagens, destacam-se a dificuldade em identificar impactos secundários e a necessidade de texto explicativo para a valoração quantitativa (CUNHA; GUERRA, 2010).

2.1.4 Medidas de Controle Ambiental

As medidas mitigadoras consistem em ações previstas para reduzir os efeitos de impactos negativos, podendo ocorrer simultaneamente e envolver investimentos para minimizar problemas a curto, médio e longo prazos (FOGLIATTI; FILIPPO; GOUDARD, 2004).

Já as medidas compensatórias visam contrabalançar a perda de elementos do ecossistema, patrimônio cultural, ambiente construído ou das relações sociais (SÁNCHEZ, 2006).

Existem ainda medidas preventivas, que buscam evitar a ocorrência de impactos negativos, e medidas de maximização dos impactos positivos, geralmente nas áreas econômica e social, que envolvem o desenvolvimento de programas específicos (SÁNCHEZ, 2006).

Para garantir a eficácia dessas ações, devem ser implementados programas de acompanhamento e

monitoramento das medidas adotadas (FOGLIATTI; FILIPPO; GOUDARD, 2004).

2.2 Caracterização da Pesquisa

No contexto da pesquisa realizada, destaca-se a importância da atenção a temas emergentes, tendo em vista as análises primárias, com fim de enxergar os processos sociais que expliquem a relação entre as políticas públicas rurais e a prática da agricultura familiar nos assentamentos frente aos aspectos sociais, ambientais e econômicos que envolvem o tema. Nesse sentido, entende-se que a construção indutiva de temas e categorias que explicitam e sintetizam essas relações é fundamental nesse tipo de abordagem e, em geral, expressa aspectos presentes no marco teórico mobilizado (CHARMAZ; MITCHELL, 2001).

A metodologia adotada consistiu em uma abordagem qualitativa, com o objetivo de avaliar os impactos socioambientais associados às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar nos assentamentos rurais do município de Jericó-PB. A pesquisa qualitativa foi utilizada para conhecer as políticas públicas rurais voltadas para a agricultura familiar e seus principais critérios de concessão na área de estudo, bem como, analisar os pontos positivos e as dificuldades existentes nos assentamentos decorrentes da ausência ou ineficiência dessas políticas na agricultura familiar e a sua relação com o meio ambiente e a qualidade da subsistência dos assentados e agricultores familiares.

Na pesquisa, utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, partindo-se da identificação da necessidade de adoção de medidas adequadas para a melhoria das condições de vida das famílias dos agricultores familiares. A partir dessa premissa, foram traçadas análises das repercussões socioambientais e econômicas decorrentes da concessão ou ausência de políticas públicas nas áreas de concentração da agricultura familiar em assentamentos rurais. Esse método é adequado para estudos que envolvem a formulação de hipóteses, seguidas de deduções lógicas e posteriores verificações empíricas, permitindo a compreensão da realidade a partir de uma perspectiva analítica e racional (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Neste sentido, buscou-se apresentar uma abordagem qualitativa e quantitativa das informações coletadas e ainda traçar um embasamento para o estudo frente às discussões e à análise das políticas rurais voltadas para a agricultura familiar concedidas nos assentamentos rurais do município, traçando um perfil das condições de vida desses assentados com base na análise da concessão dessas políticas.

O método de procedimento utilizado na pesquisa foi o comparativo que, segundo FACHIN (2017), consiste em investigar coisas ou fatos e explicá-los segundo suas semelhanças e suas diferenças. Desta forma, será permitida a análise de dados e a dedução de semelhanças e divergências de elementos constantes, abstratos e gerais, propiciando investigações de caráter indireto.

Ademais, buscou-se utilizar o método monográfico, que, segundo Lakatos e Marconi (2017, p. 151), consiste em:

“[...] um estudo sobre um tema específico ou particular de suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas em todos os seus ângulos e aspectos, dependendo dos fins a que se destina”.

Esse método permitiu analisar de forma aprofundada as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, explorando suas dimensões sociais, econômicas e ambientais com base em dados empíricos e teóricos.

A pesquisa foi do tipo qualitativa - quantitativa, na qual se busca explicar o porquê dos fatos, demonstrando o que convém a ser feito, quantificando valores de forma que as trocas simbólicas não se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT, SILVEIRA, 2009; p. 32). Nesse contexto, Fonseca (2002) ainda apresenta que a pesquisa de natureza quanti-qualitativa possui cunho transversal, descritivo e observacional.

Observa-se assim que, com método de abordagem, a pesquisa buscou compreender melhor os fatos, sua dimensão social, econômica e ambiental, e não somente a sua mensuração.

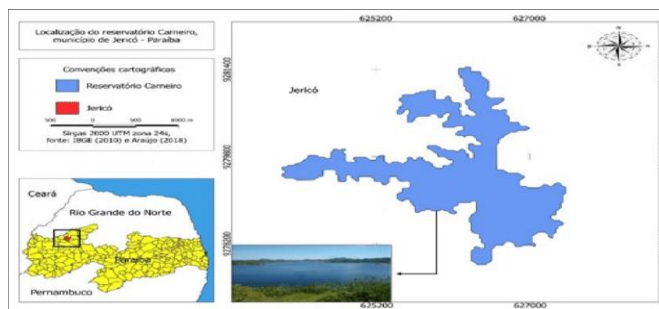
Nesse formato, no estudo, fez-se a análise empírica das documentações de forma direta, considerando as que versam exatamente sobre o levantamento de dados com a finalidade de obter informações e conhecimentos a respeito do problema para o qual se procura a resposta e/ou descobrir elementos que o exponha de maneira mais clara, assim como também que busque soluções apropriadas para sanar as dificuldades existentes na área de estudo.

A análise dos dados foi realizada a partir das políticas públicas rurais voltadas para agricultura familiar, de forma que, de acordo com cada tema, foram analisadas categorias que apresentam influência ou impacto sobre as condições de vida dos sujeitos da pesquisa, os assentados, tais como: aspectos demográficos, sociais, culturais, ambientais, ecológicos e econômicos, com especial interesse nesses últimos, pela correlação que podem por ventura apresentar frente ao objeto da pesquisa.

2.3 Localização e Descrição da Área de Estudo

Esta pesquisa foi desenvolvida no município de Jericó-PB, criado pela Lei Nº 2.097 de 08 de maio de 1959 e instalado em 06 de setembro de 1959, situado no estado da Paraíba (Figura 3), localizado na Região Geográfica Imediata de Catolé do Rocha - São Bento. De acordo com o IBGE (2022), a população era estimada em 7.516 habitantes com uma área territorial de 177 km² situação domiciliar, sendo que, destes habitantes, 63% residiam na zona urbana e 37% na zona rural.

Figura 1. Localização geográfica do reservatório carneiro no município de Jericó-PB.



A pesquisa teve como público alvo as comunidades dos três assentamentos rurais no município de Jericó-PB, totalizando 146 famílias assentadas (Figura 3). A área de estudo foi escolhida frente às adversidades locais e por se mostrar adequada aos objetivos da pesquisa.

A economia do município de Jericó-PB tem como base o setor primário, cuja participação varia entre 75,1% a 100% da atividade econômica local. Em seguida, destaca-se o setor terciário, com contribuição entre 5,1% e 25%, enquanto o setor secundário apresenta participação modesta, entre 0% e 5,1%. O principal suporte da economia é a agricultura, com destaque para o cultivo de mandioca, feijão e milho. Na pecuária, sobressai-se a criação de bovinos e, na avicultura, a criação de galináceos com produção de ovos (IBGE, 2024).

Figura 2. Localização geográfica dos assentamentos rurais do município de Jericó-PB.



2.4 Procedimentos Metodológicos

Na Figura 3, apresenta-se o fluxograma com as etapas metodológicas da pesquisa.

Figura 3 – Fluxograma com etapas metodológicas da pesquisa, de acordo com os objetivos específicos da



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Ressalta-se que não foi utilizado qualquer questionário, entrevistas com os assentados, devido ao tipo de pesquisa, na qual se utilizaram penas informações obtidas na EMPAER, e também, na Secretaria Municipal de Agricultura do município de forma presencial. Fez-se também a coleta e a análise documental (FLICK, 2009) dos dados e informações sobre as políticas públicas rurais de maneira geral, por meio dos bancos de dados oficiais disponibilizados nos sítios eletrônicos dos seguintes órgãos: IBGE, SENAR, MAPA, EMBRAPA, EMPAER, CNA, INCRA, Ministério das Cidades, BNDES e MCP dos últimos 5 anos.

Para construir o referencial teórico da pesquisa, foi realizada a pesquisa bibliográfica, por meio da leitura de documentos oficiais e do acervo bibliográfico disponível sobre o tema.

Vale ressaltar que o projeto da pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética Profissional do Hospital Universitário Alcides Carneiro da Universidade Federal de Campina Grande (HUAC) – UFCG, no dia 27 de setembro de 2024, conforme o CAAE: 81731124.0.0000.5182 descrito no parecer substanciado de número: 7.105.930.

Foi realizado um levantamento e análise de dados estatísticos e documentais, coletados em organizações e instituições públicas em nível Federal, Estadual e Municipal, a partir da composição de um desenho inicial das realidades que foram exploradas.

Os métodos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) utilizados na pesquisa foram os: Ad Hoc, Check Lists e Matriz de Interação (SÁNCHEZ, 2013). a partir destes métodos, fez-se a identificação e análise das interações entre as concessões, insuficiências ou ausências das políticas públicas rurais nos assentamentos e os fatores socioambientais afetados ou beneficiados para possibilitar a avaliação dos efeitos diretos e indiretos das políticas sobre os assentamentos rurais, considerando aspectos como uso da terra, recursos hídricos, biodiversidade e condições socioambientais (DE MORAIS, 2016).

Por fim, os métodos citados foram utilizados para a propor as medidas de prevenção, mitigação e compensação, para os impactos adversos, e de maximização, para os impactos positivos identificado na área de estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Apresentação e Análise dos Dados Coletados

A área de estudo foi escolhida mediante uma análise frente às adversidades locais e por perceber a falta de estudos locais sobre a temática, procurando fornecer dados e informações para melhorar a gestão da reforma agrária, a segurança alimentar, a qualidade de vida e a sustentabilidade de áreas rurais. Neste sentido, o público alvo da pesquisa foi composta pelas comunidades rurais que vivem nos três assentamentos rurais do município de Jericó-PB, o qual conta com três (03) projetos de assentamentos (PA), localizados respectivamente nos Sítios Fortuna, Saquinho e Alto Alegre, totalizando 146 famílias assentadas (MAPA, 2024). Na Tabela 01, apresenta-se a realidade estrutural nas fases de implementação dos assentamentos

Tabela 01 – Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação no município de Jericó-PB

	PA SAQUINHO	PA FORTUNA	PA ALTO ALEGRE
Modalidade de Projeto	Projeto de Assentamento Federal-PA	Projeto de Assentamento Federal - PA	Projeto de Assentamento Federa l- PA
Fase	05 - Assentamento em estruturação	06 - Assentamento em consolidação	05 - Assentamento em estruturação
Forma de obtenção	Desapropriação	Desapropriação	Desapropriação
Data de obtenção	19/12/2000	28/04/1997	18/03/1998
Data de criação	29/08/2001	09/12/1997	11/12/1998
Forma de criação	Portaria nº23	Portaria nº29	Portaria nº082
Área (ha)	794,3000 ha	1.528,0766 ha	833,5937 ha
Nº de famílias (capac.)	31	73	45

Fonte: MAPA (2024)

Com base nos dados da Tabela 01, após mais de 20 anos de criação, os assentamentos ainda estão em fase de estruturação - quando se inicia a fase de implantação de infraestrutura básica: abastecimento de água, eletrificação rural, estradas vicinais e edificação de moradias, e na fase em consolidação – em que os beneficiários já se encontram instalados, com dotação de infraestrutura básica e acesso ao PRONAF-A, estando em fase de titulação definitiva, cujas famílias já possuem condições socioeconômicas de migrar para as outras linhas de financiamento do PRONAF, o que significa a omissão do poder público no cumprimento de legislação por meio do INCRA ainda precisar preencher as lacunas existentes para consolidar definitivamente os assentamentos.

Ao se analisar os dados sobre as políticas públicas rurais concedidas aos assentados nas três esferas de governo, percebeu-se que o município acaba sendo contemplado com um número muito baixo comparado ao grande rol de políticas públicas existentes em nível federal e estadual, mas, percebe-se que foi repassado um recurso financeiro significativo para os assentados, o que contribui para aumentar e melhorar a produção agrícola e pecuária, bem como, na infraestrutura das suas residências, conforme se apresenta na Tabela 02., conforme se mostra na Tabela 02.

Tabela 02 – Distribuição de políticas públicas rurais concedidas por assentamento

Políticas públicas concedidas	Nível	Ano	Assentamento contemplado	Quantidade de assentados contemplados	Valor da parcela	Valor total
Garantia safra	F	2022/2023	Alto Alegre Fortuna Saquinho	20	R\$ 1.200,00 (parcela Única)	R\$ 24.000,00,
Pronaf A	F	2021	Alto Alegre	02	Entre R\$ 10.000,00 e ;27.000,00	R\$ 37.000,00
PAA	F	2024	Fortuna	01	-	R\$ 29.063,16
PNAE	F	2022/2023	Fortuna	05	-	R\$ 72.500,00
Formento mulher	F	2017	Fortuna	01	OVOS	-
	F		Alto Alegre	42	R\$:9.000,00 (ÚNICA)	R\$ 378.000,00
Pronaf Semi-Arido	FF	2017/2018	Alto Alegre Fortuna Saquinho	146	R\$ 5.000,00 (ÚNICA)	R\$ 730.000,00
Seguro Defeso	F	2024	Saquinho Fortuna	Saquinho 19 pescadores Fortuna 17 pescadores	4 parcelas de R\$1.412,00	Saquinho R\$ 107.312,00 Fortuna R\$ 96.016,00 Total: R\$ 203.328,00
Projeto Cooperar	E	2021	Saquinho Alto Alegre	-	-	-

Fonte: EMPAER (2024)

Na Tabela 02, observa-se que a maioria das políticas públicas rurais concedidas nos três assentamentos foram contemplados com programas do governo federal, principalmente com crédito financeiro, a exemplo do PRONAF. Percebe-se ainda que, de acordo com os dados fornecidos pela EMPAER, estas concessões se deram num lapso temporal enorme devido à falta de uma instituição nacional ou federal que emitisse a DAF, em virtude da inatividade do INCRA-PB, fato que acabou prejudicando os assentados que, em alguns anos de seca, não foram contemplados com qualquer programa, e só em 2024, após várias reivindicações, a EMPAER passou a emitir o documento.

Uma particularidade a ser explanada na tabela 02 é quanto ao PAA, no qual os dados mostram a baixa adesão dos assentados aos editais do PAA em nível municipal, como o PNAE, que se destaca apenas no fornecimento de ovos por um agricultor do assentamento Fortuna, e alguns de seus assentados que participam de uma cooperativa de apicultura no município de Aparecida-PB.

Ainda na Tabela 02, em nível estadual, 02 assentamentos foram contemplados em 2021, com o “Programa Estadual PB Rural Sustentável (COOPERAR)” que busca melhorar o acesso à água. Já no assentamento Saquinho, foi instalado um sistema de abastecimento de água, o que garante o fornecimento regular e seguro desse

recurso essencial, contribuindo para a saúde, higiene e produção agrícola local. No assentamento Alto Alegre, foi construída uma passagem molhada, facilitando o acesso e o escoamento da produção, além de melhorar a mobilidade e a segurança dos moradores em períodos de chuva.

Entre outros benefícios nos assentamentos contemplados, um dos objetivos do programa Cooperar é apoiar a criação de cooperativas e associações locais, com apoio técnico, fortalecendo a comercialização dos produtos da agricultura familiar, seja na agricultura como na pecuária, o que contribui para o aumento da renda e a geração de empregos nas comunidades rurais por meio da comercialização de frutas, legumes, bovino, ovino e galinhas aos comerciantes do município.

Ao melhorar as condições produtivas e facilitar o acesso a mercados, esse programa promove a sustentabilidade econômica das famílias assentadas, fortalecendo a agricultura familiar e garantindo meios de subsistência mais estáveis, bem como, incentiva a união e a ação coletiva dos agricultores, promovendo o cooperativismo e associativismo, que são fundamentais para a gestão dos recursos e para o sucesso das ações implementadas.

Essas ações integradas promovem o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das comunidades rurais, contribuindo para a melhoria das condições de vida, a segurança alimentar e a sustentabilidade dos assentamentos beneficiados pelo programa.

No que tange à produção agrícola nos três assentamentos, percebeu-se o cultivo de diversas culturas agrícolas como: milho, feijão e gergelim, hortaliças variadas, frutas variadas, principalmente banana, mamão, goiaba, coco, tomate, manga, dentre outras, e animais bovinos, caprinos, suínos e aves (EMPAER, 2024).

Outro fato que merece destaque é que alguns assentados preferem a comercialização porta a porta dos seus produtos provenientes da agricultura familiar, a exemplo de uma agricultora do assentamento Fortuna que comercializa frutas e produtos sazonais, e outros assentados apenas para subsistência da família, uma vez que, nos assentamentos não existe cooperativas. Na Tabela 03, demonstra-se um exemplo de produtos e a produção de uma assentada que prefere a comercialização via “porta a porta” ou fornecimento ao comércio local conforme a Tabela 03.

Tabela 03 - produtos e produção de comercialização própria de uma assentada do Assentamento Fortuna.

Produto	Produção
Banana	2.000 (anual)
Mamão	1.000 (anual)
Ovos	500 (dúzias) (anual)
Galinha	150 (cabeça) (anual)

Fonte: Empaer (2024).

A justificativa para os dados da Tabela 03 é que os agricultores assentados acham muito burocráticos os editais do PAA e “preferem vender por conta própria, alegando, também, terem mais lucros” (EMPAER, 2024).

Um fator que prejudicou o município foi o fato de desde 2024, do programa ATER do INCRA-PB se encontrar desativado desde 2024, e como, outros órgãos não podia emitir a DAF, documento necessário para a

concessão de quase todas as políticas, houve esse lapso de tempo sem concessões, em 2024 após várias reivindicações a EMPAER passou a emitir o documento.

Ao se comparar os dados das Tabelas 01, 02 e 03 acima com os dados na Paraíba e no Brasil, percebe-se uma disparidade em recursos e políticas públicas concedidas conforme se mostra no Quadro 01.

Quadro 01 - Comparativos da concessão das políticas públicas rurais em nível municipal, estadual e Federal

Política Pública	Dados - Jericó-PB	Dados - Paraíba	Dados - Brasil
Garantia-Safra	20 beneficiados nos assentamentos Alto Alegre, Fortuna e Saquinho. Valor por parcela: R\$ 1.200,00 (única). Total: R\$ 24.000,00.	48.527 agricultores familiares beneficiados em 135 municípios. Valor total: R\$ 58,2 milhões.	Entre 2022-2023 foram Mais de 1,1 milhão de agricultores beneficiados anualmente. Valor total: aproximadamente R\$ 1,4 bilhão.
Pronaf A	03 beneficiados (2021/2024). Valor total: R\$ 66.063,16.	Dados específicos não fornecidos para o estado.	Mais de 3 milhões de contratos não firmados desde o início do programa, com cerca de R\$ 15 bilhões anuais liberados.
PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)	05 beneficiados (2022/2023). Valor total: R\$ 72.500,00	Desde 2020, aproximadamente R\$ 20 milhões foram destinados ao PAA no estado da Paraíba.	Em 2022, o PAA teve orçamento federal de cerca de R\$ 500 milhões para aquisição de alimentos no Brasil.

Política Pública	Dados - Jericó-PB	Dados - Paraíba	Dados - Brasil
PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)	de 01 beneficiado em Fortuna (fornecimento de ovos).	Dados específicos não fornecidos para o estado.	Em 2022, o PNAE recebeu orçamento de R\$ 4,06 bilhões para alimentação escolar no País.
Fomento Mulher	42 beneficiadas (2017). Valor por parcela: R\$ 9.000,00 (única). Total: R\$ 378.000,00.	Dados específicos não fornecidos para o estado.	Desde 2013, mais de R\$ 1 bilhão destinados ao programa, beneficiando cerca de 115 mil mulheres agricultoras familiares.
Pronaf Semiárido	146 beneficiados (2017/2018). Valor por parcela: R\$ 5.000,00 (única). Total: R\$ 730.000,00.	Dados específicos não fornecidos para o estado.	Programa voltado ao Semiárido com forte adesão no Nordeste. Investimentos federais anuais ultrapassam R\$ 2 bilhões.
Seguro Defeso	36 beneficiados (2024). Valor por parcela: R\$ 1.412,00 (4 parcelas). Total: R\$ 203.328,00 Saquinho R\$ 107.312,00 Fortuna R\$ 96.016,00.	Beneficiou cerca de 20 mil pescadores no estado em 2023. Valor total pescadores, com orçamento anual estimado: R\$ 120 milhões.	atende cerca de 1 milhão de pescadores, com orçamento anual superior a R\$ 4 bilhões.
Projeto Cooperar (PB Sustentável) Cooperar Rural	02 assentamentos beneficiados (2021): Saquinho (sistema de abastecimento de água) e Alegre (passagem molhada).	Investimento de R\$ 300 milhões em projetos para Alto comunidades rurais Paraíba desde 2017.	Não se aplica, pois é um programa estadual específico.

Fonte: OpenAI (2024)

O quadro 01 destaca a necessidade de fortalecer o acesso às políticas públicas em Jericó, ampliando sua eficiência e alcance em relação aos dados gerais da Paraíba e do Brasil, já que percebe-se que no Garantia-Safra, apesar da inclusão de assentados de Jericó no programa, o número de beneficiados é reduzido em comparação ao potencial do município e ao estado, ao serem contemplados em o PRONAF, o acesso limitado à linha de crédito evidencia a necessidade de ampliar o suporte técnico e desburocratizar o processo.

Já PAA e PNAE refletem baixa adesão no município de Jericó-PB, fato que reflete dificuldades locais para cumprir os requisitos dos editais, enquanto esses programas têm maior impacto em outras regiões do estado e do País. No que tange ao Seguro Defeso, apesar do impacto significativo em Jericó-PB, há uma disparidade em relação ao número de pescadores beneficiados no Estado. O único projeto em nível estadual, é o Projeto Cooperar que, trouxe melhorias específicas para infraestrutura rural em Jericó, mas o alcance ainda é restrito.

Neste sentido ,ao realizar uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) por meio da Matriz de Interação foi possível identificar e avaliar as interações entre as concessões das políticas públicas rurais nos assentamentos e os fatores socioambientais que podem ser afetados e facilitar a avaliação dos efeitos diretos e indiretos das políticas sobre os assentamentos rurais, considerando aspectos como uso da terra, recursos hídricos, biodiversidade e condições socioambientais, conforme pode ser visto no quadro 02.

3.2 Efeitos das Políticas Públicas nos Assentamentos Rurais

Os benefícios das concessões das políticas públicas nos assentamentos rurais sobre os fatores socioambientais, ou seja, os efeitos diretos e indiretos das políticas sobre os assentamentos, considerando os aspectos uso da terra, recursos hídricos, biodiversidade e condições socioambientais, encontram-se no Quadro 02.

Quadro 02 - : Benefícios das políticas públicas nos assentamentos rurais de Jericó-PB.

Fator/Área	Atores Principais	Interações/Impactos	Potencialidades	Limitações/Desafios
------------	-------------------	---------------------	-----------------	---------------------

Escolha da Área de Estudo	<p>INCRA, Comunidades Rurais (assentados), Governo Federal e Municipal</p>	<p>Seleção da área devido à sua adequação ao objetivo de atender comunidades rurais assentadas.</p>	<p>Atuação em assentamentos já estabelecidos em Jericó-PB: Saquinho, Fortuna e Alto Alegre. Área total de 3.155,9703 ha, representando 5,68% do município.</p>	<p>em Infraestrutura básica em fase de estruturação/consolidação mesmo após 20 anos. Déficit de políticas públicas estruturais para atender demandas locais.</p>
Infraestrutura dos PAs	<p>INCRA, Assentados, Programa Rural Sustentável-Cooperar</p>	<p>Assentamento Saquinho: sistema de abastecimento de água. Assentamento Alto Alegre: passagem molhada.</p>	<p>Programas estaduais e federais contribuem para melhorias pontuais de infraestrutura.</p>	<p>Ausência de infraestrutura básica completa nos assentamentos. Falta de eletrificação rural, moradias adequadas e estradas vicinais em alguns PAs.</p>
Políticas Públicas	<p>EMPAER, INCRA, Assentados, Governo Federal e Estadual</p>	<p>Concessão de programas federais e estaduais, como Garantia-Safra, Pronaf, PAA, e PB Rural Sustentável. EMPAER passou a emitir a DAF em 2024.</p>	<p>Políticas como Garantia-Safra e Pronaf Semiárido alcançaram números relevantes de beneficiados (146 famílias em 2017/2018). O município foi contemplado pelo PB Rural Sustentável, ampliando o acesso à água e melhorias estruturais.</p>	<p>Reduzido número de beneficiados pelas políticas públicas (comparado ao potencial). Burocracia nos editais, desmotivando adesão. Interrupção do programa ATER do INCRA-PB até 2024, dificultando o acesso às políticas de financiamento.</p>
Produção Rural	<p>Assentados, EMPAER, Mercado Local e Regional</p>	<p>Comercialização direta de produtos como banana, mamão, ovos e galinhas. Preferência dos agricultores por venda porta a porta devido à burocracia dos programas como PAA e PNAE.</p>	<p>Produção significativa de alimentos (ex.: 2.000 bananas e 1.000 mamões anuais) com potencial para diversificação e ampliação do mercado.</p>	<p>Dificuldade de acesso ao PAA e PNAE. Produtores alegam maior lucro e menos burocracia na venda direta, limitando alcance de mercados mais amplos.</p>
Apoio Institucional	<p>INCRA, EMPAER, Programas Federais Estaduais</p>	<p>Apoio reduzido do INCRA devido à interrupção do ATER. EMPAER assumiu a emissão de DAF em 2024.</p>	<p>EMPAER desempenhou papel essencial em mitigar os efeitos do desmonte de programas federais no município.</p>	<p>Descontinuidade no apoio institucional (ex.: ausência do ATER até 2024) gerou lacunas na emissão de documentos e na implementação de políticas públicas essenciais.</p>
Socioeconômico	<p>Assentados, Pronaf, Cooperativas</p>	<p>Assentamentos em fase de titulação definitiva, com acesso ao Pronaf-A e possibilidade de migração para outras linhas de crédito. Cooperativa apícola pode ser exemplo de organização produtiva.</p>	<p>Cooperativas, como a Aparecida-PB, mostram potencial de organização produtiva regional. Políticas públicas podem impulsionar desenvolvimento econômico sustentável.</p>	<p>Falta de organização associativa/cooperativa em nível municipal (apenas um assentado no PAA/PNAE local). A comercialização individual limita acesso a mercados maiores e mais lucrativos.</p>

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

A partir da análise apresentada no Quadro 02, é possível observar diferentes aspectos relacionados à implementação das políticas públicas rurais nos assentamentos e sua articulação com os fatores socioambientais locais.

A escolha da área de estudo foi orientada pela necessidade de contemplar comunidades rurais assentadas, o que representa um aspecto positivo, uma vez que direciona ações para populações socialmente vulneráveis e com demandas socioeconômicas específicas. Como potencialidade, destaca-se o fato dos assentamentos já estarem consolidados e ocuparem uma parcela expressiva da área do município de Jericó-PB, correspondendo a 5,68% da área total, o que confere relevância social e territorial à delimitação proposta.

Além disso, essa delimitação geográfica favorece o planejamento e a implementação de políticas públicas direcionadas. No entanto, observa-se como principal desafio a persistente precariedade da infraestrutura nos assentamentos, que, mesmo após mais de duas décadas, ainda carece de investimentos adequados. Torna-se necessário desenvolver e implementar políticas públicas específicas voltadas à melhoria, avaliação e recuperação da infraestrutura desses assentamentos. Essa situação evidencia a lentidão na consolidação de ações estruturais, apontando para falhas na articulação entre os diferentes níveis de governo, o que limita o potencial de desenvolvimento local.

No que tange à infraestrutura dos Projetos de Assentamento (PAs), as intervenções realizadas têm se mostrado pontuais, como a instalação de sistemas de abastecimento de água e a construção de passagens molhadas, ações importantes, porém, insuficientes diante das demandas básicas da população assentada. Destaca-se como potencialidade, a existência de parcerias com programas estaduais e federais, evidenciando iniciativas e recursos destinados à melhoria da infraestrutura.

Contudo, a ausência de uma infraestrutura abrangente, que contemple eletrificação rural, habitações adequadas e estradas vicinais, compromete tanto a qualidade de vida quanto a produtividade dos assentados. A prevalência de ações isoladas, em detrimento de estratégias integradas e sustentáveis, perpetua a vulnerabilidade dessas comunidades.

No que tange às políticas públicas, a presença de programas como o Garantia-Safra, o PRONAF e o PAA é fundamental para a segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar. Destacam-se como potencialidades, o alcance de 146 famílias beneficiadas em determinados períodos e a ampliação do acesso à água, além da recente autorização da EMPAER para emissão da DAP, o que facilita o acesso a créditos e benefícios.

Percebe-se ainda no, no Quadro 02, o reduzido apoio institucional as comunidades assentadas, devido à interrupção do programa ATER que comprometeu o suporte técnico, impactando diretamente a implementação de políticas essenciais. A atuação da EMPAER, que assumiu a emissão da DAP em 2024, representou uma medida compensatória importante, embora limitada. Como potencialidade, ressalta-se a importância das instituições locais para assegurar a continuidade de serviços básicos, mesmo diante da desestruturação de programas federais. Contudo, a descontinuidade do apoio institucional gera insegurança entre os assentados e dificulta o planejamento de médio e longo prazo, além de comprometer o acesso a políticas públicas e à regularização documental.

Com relação aos aspectos socioeconômicos, no Quadro 02, apresentam-se o acesso ao Pronaf-A e a possibilidade de titulação definitiva dos lotes o que representa avanços significativos no contexto dos assentamentos. A existência de experiências regionais exitosas, como a Cooperativa Agrícola de Aparecida-PB, demonstra o potencial da organização produtiva para impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável. No entanto, a ausência de cooperativas ou associações no âmbito municipal constitui um entrave para o fortalecimento da agricultura familiar, restringindo o acesso dos produtores locais a mercados institucionais e às políticas públicas disponíveis. A predominância da comercialização individual contribui para a fragmentação e perpetuação da vulnerabilidade dos assentados.

Um diagnóstico da eficácia e status de aspectos relacionados às políticas públicas nos assentamentos rurais é apresentado no Quadro 03.

Quadro 03: Diagnóstico da eficácia e status de aspectos relacionados às políticas públicas nos assentamentos rurais.

Aspecto Avaliado	Efetividade/Eficácia	Status	Observações
Infraestrutura básica	Deficiente	Crítico	Falta de eletrificação, estradas e moradias adequadas
Acesso a crédito	Baixo	Moderado	Poucos beneficiários do PRONAF-A
Adesão a políticas públicas	Reduzida	Crítico	Burocracia e baixa articulação institucional
Organização social	Frágil	Crítico	Ausência de cooperativas locais ativas
Apoio institucional	Intermitente	Crítico	Descontinuidade da ATER até 2024

FONTE: Elaborado pela autora (2024).

No Quadro 03, verificam-se falhas estruturais graves, como a deficiência na infraestrutura básica (ausência ou precariedade de eletrificação rural, moradias e estradas vicinais) e a fragilidade institucional, marcada pela descontinuidade do Programa ATER até 2024. A análise identificou também a baixa adesão dos assentados às políticas públicas, o que é potencializado pelo excesso de burocracia nos editais e pela falta de assistência técnica contínua. Outro ponto crítico, é a fragilidade na organização social: a escassez de cooperativas ou associações locais impede o fortalecimento da agricultura familiar e a inserção nos programas de comercialização institucional.

No Quadro 04, são apresentados os efeitos socioambientais qualitativos das políticas públicas nos assentamentos rurais objeto do estudo.

Quadro 04: Efeitos socioambientais das políticas públicas nos assentamentos rurais.

Política/Programa	Efeito Socioambiental	Observações
Garantia Safra	Contribui para segurança alimentar em períodos de estiagem	Baixa adesão no município
PRONAF A	Possibilita incremento produtivo	Poucos contratos liberados
PAA/PNAE	Potencial de escoamento da produção agrícola	Assentados preferem comercialização direta
Projeto Cooperar	Melhoria em infraestrutura hídrica	Beneficiou dois assentamentos
Fomento Mulher	Fortalecimento da autonomia feminina	Atendimento isolado, sem continuidade

FONTE: Elaborado pela autora (2024).

De acordo com o Quadro 04, apesar de algumas políticas públicas apresentarem efeitos positivos pontuais, como o Projeto Cooperar (melhoria hídrica) e o Fomento Mulher (incentivo à autonomia econômica feminina), essas iniciativas carecem de continuidade e escala. O PRONAF A e o PAA são políticas com potencial transformador, mas enfrentam limitações de alcance e não se mostraram acessíveis à maioria dos assentamentos. A preferência pela venda direta dos produtos, em detrimento da participação em programas como o PNAE, revela uma percepção negativa dos assentados quanto à burocracia e aos riscos financeiros dos editais públicos.

Por fim, no Quadro 05, tem-se a matriz de Interação entre políticas públicas e aspectos socioambientais nos três assentamentos.

Quadro 05: Matriz de Interação entre políticas públicas e fatores socioambientais nos assentamentos rurais.

	Uso da Terra	Recursos Hídricos	Biodiversidade	Infraestrutura	Condições Sociais
Garantia Safra	-	-	-	-	X
PRONAF A	X	-	-	X	X
PAA/PNAE	X	-	-	-	X
Projeto Cooperar	-	X	-	X	X
Fomento Mulher	X	-	-	-	X

FONTE: Elaborado pela autora (2024).

De acordo com o Quadro 05, os impactos positivos das políticas públicas são mais perceptíveis nas dimensões do "Uso da Terra" e "Infraestrutura", como acesso à água, apoio à produção e ao crédito rural. No entanto, aspectos como uso sustentável da terra e gestão de recursos hídricos foram pouco contemplados, enquanto que o fator "Biodiversidade" não aparece atendido por qualquer uma das políticas públicas em questão, ficou evidenciando uma lacuna ambiental nas ações implementadas. Programas como o PRONAF A e o Projeto Cooperar tiveram maior capilaridade, impactando múltiplos fatores, mas sua efetividade é limitada pela falta de integração entre as esferas de governo e pelos obstáculos operacionais enfrentados na localidade dos assentamentos.

3.3 Análise das políticas públicas nos assentamentos rurais

Apesar da criação há mais de 20 anos, os assentamentos ainda se encontram em fase de estruturação ou consolidação, o que indica a necessidade de maior investimento e implementação efetiva das políticas públicas para fortalecer essas comunidades.

A implementação do Programa PB Rural Sustentável (Projeto Cooperar) permitiu melhorias estruturais, como o sistema de abastecimento de água no Assentamento Saquinho e a construção de passagem molhada no Assentamento Alto Alegre, iniciativas que contribuem para o acesso a recursos hídricos e mobilidade, promovendo desenvolvimento agrícola, infraestrutura e sustentabilidade.

O PRONAF Semiárido beneficiou 146 famílias com recursos destinados ao fortalecimento da agricultura familiar e o programa Fomento Mulher atendeu 42

mulheres assentadas, incentivando a autonomia econômica feminina, promovendo o incentivo financeiro por meio da linha de crédito.

O PAA e o PNAE viabilizam a comercialização de produtos da agricultura familiar, promovendo a geração de renda e garantindo a distribuição de alimentos saudáveis para a rede pública, garantindo segurança alimentar para os assentados.

Apesar dos investimentos pontuais, a falta de eletrificação rural, estradas vicinais adequadas e moradias estruturadas ainda impactam negativamente o desenvolvimento dos assentamentos, demonstrando ainda haver uma infraestrutura deficitária e uma baixa adesão a políticas de comercialização, já que muitos assentados optam pela venda direta de seus produtos, evitando a participação nos programas PAA e PNAE, devido à burocratização nos editais.

Vale ressaltar, ainda, a descontinuidade no Apoio Institucional com a interrupção do Programa ATER do INCRA - PB até 2024, que comprometeu a emissão de documentos essenciais, dificultando o acesso dos assentados a créditos e financiamentos, acarretando uma Baixa Cobertura das Políticas Públicas, a exemplo do Garantia-Safra, que contemplou apenas 20 assentados, um número reduzido frente ao potencial de agricultores que poderiam ser beneficiados, e o PRONAF-A, uma das principais linhas de crédito para a agricultura familiar, que beneficiou apenas três agricultores entre 2021 e 2024, evidenciando dificuldades na expansão desse suporte.

Neste sentido, é necessário investir em eletrificação rural, construção de estradas e habitação adequada para garantir melhor qualidade de vida aos assentados, criar mecanismos simplificados de adesão ao PAA e PNAE para incentivar maior participação dos agricultores, manter o suporte do ATER e promover capacitações sobre acesso a créditos e programas governamentais, estimular a criação de cooperativas locais para aumentar a competitividade dos produtos no mercado, facilitar a obtenção de crédito rural, garantindo que mais assentados possam investir na produção agrícola, conforme citado no Quadro 06.

Quadro 06: Medidas de controle ambiental e maximização para os impactos socioambientais identificados no estudo.

Medidas	Preventiva	Mitigadora	Compensatória	Maximização
Investir em eletrificação rural	X	X		
Construção e manutenção de estradas vicinais	X	X		
Implantar programas habitacionais nos assentamentos				X
Simplificar os editais de adesão ao PAA e PNAE	X	X		
Retomar e manter o suporte técnico institucional (ATER - INCRA)	X	X		
Promover capacitações para acesso a créditos e programas governamentais	X	X		
Estimular a criação e fortalecimento de cooperativas locais	X			
Ampliar o acesso ao PRONAF-A e Garantia-Safra				X
Melhorar o sistema de abastecimento de água e infraestrutura hídrica				X

FONTE: Elaborado pela Autora (2024).

A análise integrada dos resultados obtidos nesta pesquisa permitiu compreender que os assentamentos de Jericó-PB apresentam potencial produtivo e social significativos, mas enfrentam entraves estruturais e institucionais que comprometem seu desenvolvimento sustentável. Entre os principais desafios, estão: a descontinuidade de programas estratégicos, como a assistência técnica (ATER); a baixa adesão e a subutilização das políticas públicas, especialmente as voltadas à comercialização; a carência de organização social e associativismo; e a ausência de políticas que considerem os impactos socioambientais de forma mais ampla, como conservação ambiental e manejo sustentável dos recursos naturais

Assim, o estudo permitiu verificar que, apesar da presença de políticas públicas nos assentamentos de Jericó-PB, ainda há desafios significativos na implementação e manutenção efetiva das ações. A falta de infraestrutura adequada, a baixa adesão a programas de **comercialização** estruturada e a descontinuidade de apoio institucional dificultam a consolidação dos assentamentos. No entanto, é pertinente adotar medidas de maximização tais como: a ampliação do suporte técnico, a melhoria das condições de infraestrutura e a simplificação do acesso aos programas governamentais que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento da agricultura familiar nos assentamentos rurais de Jericó-PB.

Para reverter esse cenário, recomenda-se: ampliar o acesso e a permanência dos programas técnicos e financeiros; simplificar os editais e fomentar capacitações contínuas aos agricultores; fortalecer o associativismo e a organização produtiva local; e incluir diretrizes ambientais nos projetos de desenvolvimento rural, promovendo um equilíbrio entre produção, proteção ambiental e justiça social.

4. DIAGNÓSTICO

O diagnóstico situacional dos assentamentos rurais de Jericó-PB revelou deficiências estruturais persistentes, como a falta de eletrificação rural, estradas vicinais em condições precárias, moradias inadequadas e insuficiência no acesso à água potável, além de falhas institucionais na oferta de serviços públicos.

O excesso burocracia nos editais, os critérios de elegibilidade pouco acessíveis e a baixa capilaridade institucional dificultam sua efetivação junto aos assentados embora existam diversas políticas públicas rurais voltadas para a agricultura familiar, como o PAA, PNAE, PRONAF, Garantia-Safra, Fomento Mulher, Projeto Cooperar e ATER.

A ausência ou ineficiência das políticas públicas impacta negativamente a qualidade de vida e a subsistência dos agricultores familiares, comprometendo também a sustentabilidade ambiental das áreas, uma vez que práticas produtivas inadequadas podem ser adotadas diante da falta de assistência técnica e infraestrutura.

Foram identificadas necessidades urgentes de propor medidas de controle ambiental, especialmente aquelas que favoreçam o uso sustentável dos recursos naturais nos assentamentos, como a implantação de

sistemas de captação de água da chuva, saneamento básico e práticas agroecológicas.

Entre as medidas propostas para prevenir, mitigar e compensar os impactos negativos gerados pela ineficiência das políticas públicas, destacam-se retomar e fortalecer programas como a ATER; Ampliar o investimento em infraestrutura básica (água, estradas, eletrificação); Criar instrumentos de participação comunitária nos planejamentos locais; Simplificar o acesso a programas como o PAA e o PNAE.

No tocante às medidas de maximização dos impactos positivos, destacaram-se: Há potencial para fortalecimento da agricultura familiar no município; A valorização do associativismo e do cooperativismo pode ampliar a inserção dos produtores nos mercados institucionais; A promoção de capacitações contínuas sobre políticas públicas e acesso a crédito fortalece a autonomia dos agricultores; e Incentivar a participação ativa nos programas públicos e fortalecer as estruturas coletivas, como associações e cooperativas, para garantir sustentabilidade econômica e social de longo prazo.

A venda direta, embora mais lucrativa no curto prazo, contribui para a fragmentação da produção e dificulta a consolidação das cadeias produtivas locais, sendo imprescindível fomentar a integração dos produtores com os mercados institucionais como estratégia de desenvolvimento rural.

Por fim, ressalta-se que a integração interinstitucional e o planejamento participativo são elementos-chave para superar os desafios identificados e garantir a efetividade das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável nos assentamentos rurais de Jericó-PB.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve-se por objetivo avaliar os efeitos socioambientais das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar nos três assentamentos rurais de Jericó-PB. Além disso, buscou-se compreender as estratégias governamentais rurais voltadas para essa modalidade de agricultura e os critérios principais que regem sua implementação na área estudada. A pesquisa também visou identificar tanto os aspectos positivos quanto os desafios enfrentados nos três assentamentos rurais do município, considerando a falta ou a ineficácia dessas políticas e sua influência na relação com o meio ambiente e a qualidade de vida dos assentados e agricultores familiares.

As dificuldades encontradas nos assentamentos foram divididas em três grupos: dificuldades burocráticas – relacionadas a questões internas do banco como: restrições cadastrais, burocracia para renovação, demora na liberação do recurso, dificuldades de recursos relacionadas às limitações de recursos humanos e institucionais como, por exemplo, o reduzido número de agentes do INCRA e da EMATER, inexistência de órgão do INCRA no município; e dificuldades de comunicação relacionada à falta ou reduzida divulgação do programa.

Um aspecto favorável identificado na pesquisa foi a implementação de parte das políticas promovendo a diversificação da produção e a geração de renda. A

agricultura familiar tem se baseado em estratégias sustentáveis, abrangendo preocupações ambientais e paisagens ecológicas. O conceito de sustentabilidade está vinculado à preservação dos recursos naturais, sublinhando a relevância da conservação do patrimônio natural, além da utilização responsável do solo no cotidiano, o que minimiza os impactos no meio ambiente rural.

Entretanto, a pesquisa realizada não é suficiente para entender como os agricultores percebem a implementação das políticas públicas destinadas à agricultura familiar, quais são suas reações em relação às alternativas que essas políticas oferecem e até que ponto eles se tornam passivos nesse processo, o que fomenta a ampliação e realização de estudos continuados na área em questão.

Essa questão motiva a elaboração do presente texto, ressaltando a urgência de desenvolver investigações que abordem a realidade dos assentamentos rurais em relação à implementação ou ausência dessas políticas, bem como o impacto socioambiental resultante, tanto de forma positiva quanto adversa no ambiente de estudo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70: 2009.

BRASIL. Banco Nacional Brasileiro. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: Relatório de Resultados 2010**. BNB. Fortaleza, CE, 2012.

BRASIL. **Censo Demográfico 2010** - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 5.996 de 20/12/2006**. Dispõe sobre a criação do programa de garantia de preços para a agricultura familiar - ppgaf de que trata a lei 11.326, de 24 de julho de 2006, e o artigo 13 da lei 11.322, de 13 de julho de 2006, para as operações contratadas sob a égide do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar - PRONAF, e da outras providências. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/566464>>. Acessado em: 20 de outubro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023**. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm>. Acessado em: 16 de setembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Disponível em: <

file:///C:/Users/Ana/Downloads/assentamentos_geral_setembro_2024.pdf>. Acessado em: 12 de setembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNAE: Programa Nacional de Alimentação escolar**. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>>. Acessado em: 20 de outubro de 2024.

BRASIL. Ministério de Minas e energia. PRODEEM- Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea na Paraíba: Diagnóstico do Município de Jericó 2005**. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/jspui/bitstream/doc/16094/1/Rel_1eric%C3%B3.pdf>. Acessado em: 29 de setembro de 2024.

BRASIL. **Panorama Jericó – PB**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/jerico/panorama>>. Acesso em: 28 de setembro 2024.

BRASIL. Secretaria da Agricultura Familiar - SAF. **Programas, Biodiesel, O Selo Combustível Social**. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2286217>>. Acessado em: 14 set. 2024.

BRASIL. Banco Central Brasileiro. **RESOLUÇÃO Nº 2191 Crédito Rural**. Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2191_v3_1.pdf>. Acessado em: 22 de setembro de 2024.

BRASIL. Banco Central Brasileiro. **RESOLUÇÃO Nº 2310**. Consolida as normas aplicáveis aos financiamentos rurais ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Disponível em: <http://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/45783/Res_2310_v1_O.pdf>. Acessado em: 22 de setembro de 2024.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **PROAGRO – PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA RESUMO DE INSTRUÇÕES PARA O BENEFICIÁRIO** (Atualização nº 9, de 26 de julho de 2024). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/proagro_docs/resumo_instrucoes_Proagro.pdf>. Acessado em: 02 de outubro de 2024.

BRASIL. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Constituição a República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 22 de setembro de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 1.946, DE 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar -

PRONAF, e dá outras providências Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acessado em: 03 de outubro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm>. Acessado em: 13 de outubro de 2024.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). **Manual operacional do crédito rural PRONAF.** Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Sobre o Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel PNPB.** Disponível em: <<https://antigo.mme.gov.br/web/guest/secrarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/acoes-e-programas/programas/biodiesel/sobreppnb>>. Acessado em: 19 de outubro de 2024.

BRASIL. **Mudanças nas regras de financiamento do Pronaf, 2008.** Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?col>>

BRASIL. **Plano Nacional de Reforma Agrária. 1985.** Disponível em: <<https://catalogo.ipea.gov.br/politica/9/plano-nacional-de-reforma-agraria-pnra>> Acessado em: 29 setembro de 2024.

BRASIL. **Censo Agropecuário, 2006.** Brasília, 2006.

BRASIL. **Estatuto da terra. Lei nº 4.504/64.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm> Acessado em 05 setembro de 2024.

BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária. 2003.** disponível em: <<https://catalogo.ipea.gov.br/politica/9/plano-nacional-de-reforma-agraria-pnra>> Acesso em 29 setembro de 2024.

CASTELÕES, L. Agricultura familiar predomina no Brasil. Com Ciência: **revista eletrônica de jornalismo científico**, Campinas, 2011. Reportagens. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/publicas/pp07.htm>>. Acesso em: 20 de setembro de 2024.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a Política Nacional de Ater.** Brasília: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2343).

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: resultado das ações da CONAB em 2020.** Brasília, 2021. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ana/Downloads/Compendio-V30-PAA-2021.pdf>>. Acessado em 14 de setembro de 2024.

DELGADO, Guilherme *et al.* **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.** Brasília: IPEA, 2005. (Texto para discussão n. 1145).

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FAO. Food and Agricultural Organization. **El trabajo de la FAO en la Agricultura Familiar: Prepararse para el Decenio Internacional de Agricultura Familiar (2019-2028) para alcanzar los ODS.** Nova York, Estados Unidos: FAO, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca1465es/CA1465ES.pdf>>. Acessado em: 10 de setembro de 2024.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GARCIA JR. Afrânio et al. **Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental.** projeto de pesquisa. Rio de Janeiro, 1999, mimeo.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira.** Brasília, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/agricultura_ocupacao.htm>. Acessado em: 17 de setembro de 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Censo Agropecuário 2017 - Brasil,** Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2017.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel dos assentamentos.** 2010. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br>>. Acesso em 15, abr. 2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada **Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: Uma Análise dos Impactos Socioeconômicos no Território Médio Jequitinhonha - MG,** 2012.

LIMA, Antônia Francisca. SILVA, Edvânia Gomes de Assis. IWATA, Bruna de Freitas. **Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. Revista Retratos de Assentamentos.** v. 22 n. 1 de 2019. Disponível em: <<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/332>> Acesso em: 03 de outubro.2024.

MACHADO, P. M. O. et al. **Compra de Alimentos da Agricultura Familiar pelo Programa Nacional de Alime**

**ntação Escolar (PNAE): estudo transversal com o univ
erso de municípios brasileiros.** 2016.

MARCONI, Maria; LAKATOS, Eva. **Técnicas de
Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1996.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF: Análise de
Indicadores.** Brasília, Série Estudos 11 NEAD, Núcleo de
Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do
Desenvolvimento Agrário, 2005.

MEDEIROS, J. A., ALMEIDA, M. S. **Análise do Proagr
o e seu Impacto na Sustentabilidade da Agricultura Fa
miliar.** Anais do Congresso Brasileiro de Agroecologia, v
. 12, n. 1, 2019. p. 123-130.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil:
entre a política e as transformações da vida econômica
. In.: GASQUES, J.G; VIEIRA FILHO, J.E.R.; N
AVARRO, Z. (orgs). **A agricultura brasileira: dese
mpenho, desafios e perspectivas.** Brasília: IPEA, 201
0.

NAVARRO, Zander. PEDROSO, Maria Theresa Macedo.
Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar.
Brasília: Embrapa Informação tecnológica: texto para disc
ussão 42, 2001.

OPENAI. **Comparativos da concessão das políticas
públicas rurais em nível municipal, estadual e Federal.**
GPT-3-5 versão junho de 2024. Disponível em:
[https://chatgpt.com/c/67993610-9590-8008-b836-
986e076b7e50](https://chatgpt.com/c/67993610-9590-8008-b836-986e076b7e50)>. Acessado em: 12 de dezembro de 2024.

PORRUA, Priscila; COLUSSI, Claudia F.
**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): SUBSÍDIOS
PARA UMA GESTÃO EQUINIME DO
PROGRAMA.** Disponível em:
<[https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7835/1/2.%20AVALIA%C3%87%C3%83O%20DO%20PROGRAMA%20NACIONAL%20DE%20ALIMENTA%C3%87%C3%83O%20ESCOLAR%20\(PNAE\)%20-%20Artigos%20FNDE.docx.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7835/1/2.%20AVALIA%C3%87%C3%83O%20DO%20PROGRAMA%20NACIONAL%20DE%20ALIMENTA%C3%87%C3%83O%20ESCOLAR%20(PNAE)%20-%20Artigos%20FNDE.docx.pdf)>. Acessado em: 23 de
setembro de 2024.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **A questão agrária bras
ileira e a luta pelo socialismo.** Palestra em seminário
promovido pelo PT, em 21 de maio 2001. Disponível e
m: <<http://coral.ufsm.br/enev/docs/questaoagraria.pdf>>
Acessado em 24 de setembro de 2024.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura Familiar e desenvolvi
mento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de
caso. In: FROELICH, J. M.; DIESEL, Vivien (org.). **De
senvolvimento Rural –
Tendências e debates contemporâneos.** Ijuí: Unijui, 200
6.

SICREDI. Sistema de Crédito Cooperativo. **Proagro: tud
o que você precisa saber para o Plano Safra 24/25. Dis
ponível em:** [https://www.sicredi.com.br/site/blog/agroneg
ocio/proagro-tudo-saber-plano-safra
2425/](https://www.sicredi.com.br/site/blog/agronegocio/proagro-tudo-saber-plano-safra-2425/). Acessado em 23 de outubro de 2024.

SILVA, A. C. da, SANTOS, D. F.
**Análise do PGPAF e seu impacto na agricultura famili
ar no Brasil.** *Revista Brasileira de Agricultura Familia
r.* v. 5, n. 1, 2020. p. 23-35.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária no Brasil: fr
ustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?**
Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SILVA, M. A., & SANTOS, R. A. Proagro: Um Instrume
nto de Segurança para o Produtor Rural. In: **Revista Bras
ileira de Agricultura Familiar**, v. 5, n. 1, 2020. p. 45-58.

STÉDILE. . (org.). **A questão agrária no Brasil: deba
te sobre a situação e perspectivas da reforma agrária n
a década de 2000.** São Paulo: Expressão Popular, 2013
.
una_id=3895>. Acessado em: 14 de outubro de 2024.